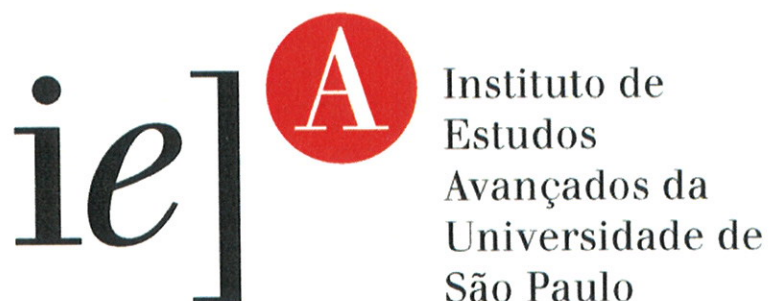


Estudos sobre o Tempo: 1) O Tempo e os Homens; 2) A Temporalidade da Transição; 3) Poder do Homem sobre seu Próprio Tempo; 4) Tempo e Indivíduo na Modernidade; 5) A Percepção e a Configuração do Tempo em “A Última Gravação de Krapp”

1) Raquel Glezes; 2) José Carlos Bruni; 3) Ronilda Ribeiro; 4) Maria Helena Oliva Augusto; 5) Maria Cristina Fukushima



TEMPO E OS HOMENS: DOM, SERVIDOR E SENHOR

Raquel Glezer¹

A proposta de discutir a relação "Tempo e Poder" como atividade do Grupo de Estudos sobre o Tempo do IEA/USP em uma sessão de comunicação coordenada no XVI Simpósio Nacional da ANPUH, para e com historiadores, apresentou-se como muito atraente. Entretanto, mais do que a bibliografia disponível, as possíveis questões a serem exploradas e o tempo de exposição previsto forçaram a uma seleção restritiva. Em função das limitações concretas escolhi, na perspectiva de historiador, apoiada em historiadores, apenas um dos múltiplos enfoques possíveis, o que discute a transformação das relações dos homens com o Tempo, de maneira generalizadora, valorizando-as como indicadores de poder.

Para a formulação do texto foram utilizados apenas algumas obras de alguns historiadores, relacionados nas notas finais, selecionados tanto em função do tema como do enfoque.

Pretendo explorar sumariamente a relação que os homens desenvolveram com o Tempo, na perspectiva da civilização ocidental.

Na tradição ocidental cristã, ou européia ocidental, a percepção do Tempo está mais relacionada à tradição judaico-cristã do que à helênica.

Para os gregos, o Tempo dos homens, quer entendido como cíclico, de eterno retorno, quer como sub-lunar, degradado, sujeito à destruição, foi percebido, concebido e trabalhado por seus historiadores como um tempo não linear, presentificado, limitado em alcance pela vida e memória humanas.²

1. O TEMPO COMO DOM

Na tradição judaico-cristã, Tempo é elemento fundamental, articulador da história, da vida dos homens - eixo linear progressivo e explicativo: o Tempo possui um fim em si mesmo,

1. Profa. Dra. - Depto de História - FFLCH/USP; co-coordenadora do "Grupo de Estudos sobre o Tempo" do Instituto de Estudos Avançados/USP.

2. Vide *O Tempo na Filosofia e na História*, vv.aa. São Paulo:IEA/USP, fev. 1991. (Coleção Documentos, Série Estudos sobre o Tempo, 2).

"telos", que embora pudesse ser confundido com a Eternidade, imaginada como estática, não o é.³

Para o Cristianismo, em seu desenvolvimento, Tempo, elemento explicativo acabou sendo um processo de raciocínio e formulação de razões.

A concepção de Tempo na **Bíblia** e no cristianismo primitivo era a de tempo teológico, iniciado por Deus e dominado por ele, pois Tempo era condição necessária e natural de todos os atos divinos. A Eternidade surgia como a dilatação do tempo até o Infinito, permitindo a percepção de que entre ambos havia diferença quantitativa.

Os textos do **Novo Testamento** introduziram uma questão diferenciada, nova: o Tempo como dimensão histórica, pois passou a haver um centro, Cristo, e uma finalidade, a Salvação: *"desde a Criação até Cristo, toda história do passado, tal como é relatada no Antigo Testamento, passou a fazer parte da história da Salvação"*.

Surgiu então uma ambigüidade, pois os pensadores cristãos, diversamente dos judeus, que concebiam o Futuro de forma escatológica e coletiva, a Encarnação passou a dar sentido ao Tempo, pois com a certeza da possibilidade de Salvação, trazida pelo Cristo, a realização dela foi transferida para a história coletiva ou para a individual.

Santo Agostinho, em suas reflexões, explicou a ambivalência pelo fato de que no âmbito da Eternidade, os homens, subordinados à Providência, dominam seu próprio destino e o da Humanidade simultaneamente.

Nos séculos seguintes, do VI ao XI, a sociedade medieval praticamente congelou a reflexão histórica, retirando o Tempo da História ao assimilá-la à História da Igreja, renegando a História, preferindo como gêneros a epopéia e a canção de gesta, provocando o esvaimento da historicidade, resultante da atuação dos pensadores políticos ligados ao agostinianismo.

A questão do Tempo só foi retomada posteriormente, quando o tema do *"final dos tempos"*, que ressurgira nas heresias escatológicas e no milenarismo dos grupos oprimidos e esfomeados, aos quais o Apocalipse surgira como esperança e alimento, se esgotara em si mesmo.

Sem o contrapeso do milenarismo, no século XII, o Tempo apareceu instalado na Eternidade, isto é, como Tempo linear, com sentido, direção, caminhando para Deus, e as transformações econômicas propiciaram a retomada da reflexão sobre a História, principalmente à partir do desaparecimento do Império Romano, da barbarização do Ocidente, da restauração carolíngia e da restauração otoniana. O cristianismo, inserido na evolução histórica, dominada esta pela Providência, e ordenada pela Salvação, precisava esclarecer as causas segundas, estruturais ou contingentes. Havia a necessidade de ultrapassar um duplo obstáculo: a visão judaica de Eternidade estática e o simbolismo medieval, que não

3. Vide LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente.* Lisboa: Estampa, 1980.

permitiam a investigação e a sistematização da realidade concreta do tempo da História, para se obter uma concepção de tempo maleável.

Hugues de Saint-Victor, segundo Le Goff na obra citada, recuperou a história: "*historia est rerum gestarum narratio*", uma narração seriada, com sucessão organizada, continuidade, articulação, elos de um sentido - iniciativas de Deus, fatos de Salvação. Esta História retomou uma das vias que já fora outrora trilhada: a teoria das idades, dos clássicos gregos, que então passou a ser semelhante aos Dias da Criação da *Bíblia*. História que desde então passou a usar a noção de transferência, "*translações*", a história das civilizações percebida como uma história de transferências, tanto no campo intelectual - o conhecimento se transferiu de Atenas para Roma, de Roma para Paris, como no campo político, onde o Império fizera também uma transferência. A ligação entre sentido do tempo e sentido do espaço aparece como uma novidade revolucionária, a qual se soma a concepção organicista do Estado de João de Salisbury.

Mas, até então, Tempo era percebido como **Dom**, isto é, doação de Deus para usufruto dos homens, da mesma forma que ele doara o usufruto de outros elementos da natureza, como o sol e a água. Claramente, o Tempo como **Dom** não poderia ser submetido ao controle dos homens, não poderia ser utilizado de forma a permitir ganho material aos homens, pois tal fato significaria a exploração de algo que não pertencia aos homens.

De maneira quase imperceptível, o desenvolvimento econômico dos séculos XI e XII, o processo de aceleração econômica e as transformações das condições mentais, introduziram uma nova percepção de Tempo.

2. O TEMPO COMO SERVIDOR

Nos textos eruditos se elaborava lentamente uma nova percepção do Tempo, mas na vida concreta também uma nova realidade estava sendo criada e concebida.

O mercador do Ocidente europeu, que vagarosamente delinear a suas atividades, numa organização política-militar-religiosa na qual não encontrava muito espaço de atuação, foi um elemento básico para a ruptura da concepção de Tempo como **Dom**.

O mercador, que atuava no espaço do Mediterrâneo Ocidental e no espaço hanseático, estava submetido ao tempo natural, dia e noite; meteorológico, ciclo das estações, acidentes naturais como tempestades, desastres marítimos e terrestres. Diante de tais condições nada podia ele fazer, a não ser se submeter humildemente às contingências naturais.

Entretanto, no processo de alargamento do mundo conhecido, o problema do tempo de viagem não ficou restrito às preocupações dos mercadores. O Estado, principalmente os que realizaram a proeza do alargamento do mundo, ficou com problema semelhante. Segundo Vitorino Magalhães Godinho: "*Em 1512 Afonso de Albuquerque escreve a D. Manuel: "olhe bem Vossa Alteza o que assina pera a Índia, que é muito longe"...*, e D. João de Castro, em 1546,

*parece fazer-lhe eco: "primeiro que hajamos respostas de nossas cartas e Vossa Alteza queira socorrer as nossas necessidades, dá o sol muitas voltas, e que acaba de fazer duas inteiras revoluções".*⁴

Questões novas para mercadores e para Estados: distâncias a serem calculadas em tempo, outra forma de organização comercial, questões de armazenagem de mercadorias, questões de empate de capital.

Distâncias, demoras, dificuldades do meio físico, dificuldade de comunicações: *"Para a Índia as naus do reino tem de desaferrar de Lisboa em Março ou primeiras semanas de Abril, para lá chegarem em Setembro; de Cochim e Goa levantam ancora em dezembro, para ancorarem no Tejo da segunda quinzena de Junho até a primeira de Setembro... As ilhas de Cabo Verde estão a umas duas semanas de Lisboa, São Jorge da Mina a uns quarenta a cinquenta dias de navegação. Entre a capital portuguesa e La Rochelle gastam-se sete a oito dias, até o porto de Antuérpia ou a Amsterdão uns doze ou quinze, ... os navios que vem carregar sal a Setubal contem com um mês de viagem: entre o Tejo e Livorno há que contar com umas três semanas..."*.

Da mesma forma que o espaço se tornava objeto de contagem e medida, também o tempo, porque tinha que ser levado em consideração na viagem, na organização das redes comerciais, nos preços dos produtos e mesmo na duração do trabalho artesanal.

A necessidade de regulamentar o tempo foi se impondo, pois estava recomeçando a cunhagem de moedas de ouro; a diversificação das moedas reais; o bimetalismo começava a se impor e as flutuações de valor começavam a se fazer sentir: o câmbio se organizava, a Bolsa estava em germinação.

A questão da justa medida do tempo aparecia também de um outro ângulo, além do comercial, que exigia contabilidade, relações de viagem, práticas comerciais consensuais, letras de câmbio, naquele das corporações de ofício, com seus estatutos.

O Tempo que surgia era um tempo novo, mensurável, orientado, previsível, sobreposto ao Tempo eternamente recomeçado e imprevisível do meio natural.

Apareceram os primeiros relógios comunais que marcavam as horas das transações comerciais e as horas de trabalho dos artesãos, operários textéis - os mercadores da comuna instalavam o instrumento, que assinalava o seu domínio sobre o Tempo do trabalho.

Ocorreu a transformação do Tempo, que passou a ser racionalizado, laicizado, mensurável, mecanizado, com valor. Ao Tempo da Igreja, marcado por sinos, por ofícios religiosos, pelos quadrantes solares ou pelas clepsidras - tempo concreto, se opôs o Tempo dos mercadores: tempo do relógio, que marcava as tarefas laicas e profanas, o tempo urbano do trabalho e das transações, medido como o espaço, pela duração de um trajeto, pela maleabilidade de outros caminhos.

4. Vide GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Arcádia, 1963.

Le Goff exemplificou a profunda alteração que a nova relação Tempo e Espaço trouxe pela introdução da perspectiva.

As transformações trazidas pela introdução da vida urbana, pela formação de uma sociedade urbana, provocaram a divisão do Tempo em três esferas, o que acabou contribuindo para transformar a relação dos homens com ele.

2.1. O TEMPO DO TRABALHO

No Ocidente europeu medieval o dia de trabalho era definido pelas condições naturais, o levantar e pôr do sol: uma unidade única para medir o dia de trabalho no campo e o trabalho urbano, cujas divisões eram as horas religiosas, reminiscências da Antigüidade romana.

A atividade humana, dizendo melhor, o trabalho era demarcado pela luminosidade: o tempo de trabalho era o de uma economia determinada pelos ritmos agrários, sem pressa, sem preocupação com exatidão, sem inquietudes sobre produtividade. Segundo Le Goff, tal descrição corresponde a de uma sociedade sóbria e pudica, sem grandes apetites, pouco exigente, pouco capaz de esforços quantitativos.

Podemos considerar, da mesma forma que o autor citado, o marco da transformação a introdução do trabalho noturno: heresia urbana, interdita e punida com pesadas multas.

Mas, a divisão interna do dia de trabalho lentamente estava sendo alterada, em evolução pouco notada: a hora "none" que corresponderia às 14:00 horas foi recuada para as 12:00 horas, introduzindo a pausa para uma refeição na oficina, iniciando um processo de subdivisão do dia de trabalho.

No final do século XIII o conflito pelo horário de trabalho já estava firmemente estabelecido, com o avanço do trabalho noturno, iniciando-se o questionamento da noção de "*dia laboral*".

Na crise do século XIV a definição de "*dia laboral*" tornou-se mais eficiente: inicialmente os operários solicitaram sua ampliação, depois solicitaram aumento salarial, com o argumento que haviam aumentado os pesos e as dimensões dos tecidos.

Le Goff considera tais argumentações como expediente dos trabalhadores textéis para aliviar a crise, com a deteriorização dos salários reais e a alta dos preços.

A autorização do trabalho noturno foi dada por Felipe, o Belo.

Por sua vez, os patrões procuraram regulamentar rigorosamente o dia de trabalho, instituindo os "*sinos de trabalho*", torres com sinos especiais que regulavam o trabalho nas cidades textéis, delimitando o tempo dos tecelões, que era também o tempo dos novos mestres - em uma conjuntura de crise e ascensão social se tornara possível.

A introdução dos "*sinos de trabalho*" não ocorreu de forma pacífica. Em diversas localidades, os trabalhadores se revoltaram contra eles. Entre o século XIV e início do século XV a questão entre patrões e operários esteve centrada na duração do dia de trabalho,

incorrendo em pesadas multas aqueles que desobedecessem aos horários. A redução do dia de trabalho também foi motivo de conflito, da mesma forma que a criação da diferença entre dia e dia laboral; a inserção do tempo de descanso no decorrer do dia laboral, a admissão do tempo para o trabalho pessoal.

Devemos considerar que nas comunas o tempo marcado pelo "*sino do trabalho*", pelo "*sino do mercado*", que assinalava o tempo urbano, diverso do tempo religioso, servia simultaneamente para as atividades de defesa, administração, convocação de reunião de conselho e juramentos.

A vida urbana começava a ser lentamente aprisionada pelo sistema cronológico - tempo do quotidiano, tempo de horas certas, tempo do trabalho medido. As igrejas perderam o monopólio do controle do tempo, sinal importante do início do processo de laicização.

Le Goff destaca com atenção especial o fato de que os "*sinos de trabalho*" na realidade não traziam consigo qualquer inovação tecnológica, e, significavam uma nova relação com o Tempo, pois a separação entre tempo natural, tempo profissional e tempo sobrenatural acabou desenvolvendo novas formas de pensamento, especialmente a que possibilitou a separação da profissão da Salvação.

2.2. O TEMPO DO ESTADO E DA IGREJA

Indicador preciso do grau profundo das transformações que estavam ocorrendo no Ocidente medieval europeu, o novo Tempo, originário das necessidades burguesas, rapidamente passou a ser expressão do poder real: os sinos de Paris, desde 1370, com Carlos V, deveriam ser regulados pelo relógio real.

O Estado, ainda que na figura de um soberano, passou a ser o indicador do tempo racionalizado, transformando o novo tempo em Tempo do Estado.

No interior da Igreja surgiu também uma outra conceituação de Tempo. No debate entre essencialistas e nominalistas a questão do Tempo como o campo das decisões imprevisíveis de Deus onipotente foi sendo formulada.

No discurso dos místicos, Tempo assumiu também uma nova visão, uma nova dimensão temporal: Na primeira metade do século XIV, a perda de tempo transformou-se em pecado, um escândalo espiritual.

Na busca da unificação das consciências, rompida pelas novas formulações do Tempo, a Igreja recorreu a evolução da confissão, introduzindo manuais de confissão: a questão da coerência de comportamento tornou-se importante, e nela, os que rompiam com a relação natural do tempo, podiam, por obras beneficentes, recuperar a relação com a religião, ou melhor ainda, no final da vida, doar seus bens e retirar-se para um mosteiro. Houve também o desenvolvimento da legislação canônica, e o surgimento de uma reflexão moral sobre a usura.

No Renascimento reapareceu o sentido helênico de Tempo, como tempo cíclico, tempo do eterno retorno. O reencontro com a concepção aristotélica de tempo como movimento, apoiado por São Tomás de Aquino criou a base da rearticulação do Tempo da Igreja com o Tempo dos homens.

2.3. O TEMPO DOS HOMENS

O homem do Renascimento, o humanista, por definição era o senhor de seu tempo. Em oposição à medievalidade, Tempo, *dom de Deus*, transformou-se em Tempo, *propriedade dos homens*.

Le Goff cita Alberti sobre as três coisas que pertencem ao homem: fortuna, corpo e tempo.

A hora tornou-se medida de vida, o homem passou a ter controle sobre ela: nunca perder uma hora transformou-se em virtude, tanto para a visão católica da disciplina e organização, como para o humanista, cuja virtude era a temperança.

A nova iconografia que surgiu atribuiu ao relógio a medida de todas as coisas.

A transformação foi radical: o homem do Renascimento tornou-se o senhor de seu tempo, porque passou a ele definir políticas, atividades econômicas e posições intelectuais. Por sua Fortuna e por sua Virtú, podia ele decidir os atos e fatos de sua vida.

O Tempo, *dom de Deus*, transformou-se em Tempo, *servidor dos homens*, pois os mercadores passaram a usá-lo, na sociedade urbana que se instalava na Europa ocidental, tanto como medida do tempo de trabalho do operário, definindo e demarcando as atividades do trabalho, rompendo com o esquema do dia natural, como um elemento de cálculo de lucro, permitindo o ganho em cima do tempo.

No momento que aos homens passou a ser dado o controle do Tempo, transformando-o em serviçal, permitindo o lucro sobre seu transcurso, abriu-se também, para um desenvolvimento lento e paulatino, a possibilidade que, de *servidor dos homens*, o Tempo se transformasse em *Senhor*.

De início, apenas os trabalhadores urbanos estavam submetidos ao domínio do tempo do trabalho, mas com o desenvolvimento tecnológico, todos os trabalhadores, manuais ou não, se transformaram em serviçais do tempo.

3. O TEMPO COMO SENHOR DOS HOMENS

E. P. Thompson chamou a atenção para a necessidade de sincronização no trabalho da sociedade industrial, a exigência de formação de novos hábitos de trabalho, com disciplina e

divisão de trabalho, levando a interiorização do tempo controlado, em estudo muito conhecido.⁵

Aos trabalhadores, a submissão ao Tempo foi sendo cada vez mais exigida, de forma que eles se tornaram serviçais do tempo da máquina, da mecanização.

Hoje, no momento contemporâneo, denominado por alguns autores de "*modernidade*", Tempo adquire uma nova percepção, uma nova forma de atuação, que esvazia a duração temporal, que trabalha só com o fragmento, o descontínuo, o instantâneo, o efêmero, o imediato - tempo hegemônico que se impõe ao indivíduo, o domina em sua lógica despótica - tempo comedor do tempo.⁶

3.1. O TEMPO DO TRABALHO

No desenvolvimento do capitalismo, desde o seu início, havia a preocupação de ganhar tempo, pois o ganho sobre o tempo aumentava os lucros. No século XIX o tempo do trabalho dos homens foi submetido totalmente ao tempo das atividades das máquinas. O investimento capitalista, buscando sempre o máximo de rentabilidade, explora homens e máquinas. Taylor, no início deste século, organizou o tempo industrial, em blocos definidos pela máxima produtividade. Em nossos dias, progresso tecnológico significa caça ao tempo morto e obsessão pela rapidez.

Diferentemente do capitalismo clássico, que se expandiu pelo espaço, no de hoje, o Tempo é um dos campos principais de sua expansão: o crescimento capitalista se deslocou para a dimensão do Tempo, explorando mais rigorosamente cadeias temporais, definindo as durações, reduzindo-o a partículas cada vez menores, assegurando no interior dele a reconversão de uma expansão capitalista, independente do espaço, e se firmando no presente e imediato.

Cada vez mais, o controle de tarifas é feito por cálculo de tempo de utilização e não por distância.

O Tempo se transformou em hegemônico e despótico. Por sua vez, o uso de equipamentos cada vez mais rápidos, passou a exigir maior tempo de preparação, de planejamento prévio (como previsão financeira, previsão de mercado, planos de distribuição) - todos elementos que no concreto alongam o tempo da produção.

Diante de tanta velocidade, tanta pressão, os seres humanos resistem, pois a precisão do tempo das máquinas agride o tempo dos homens, o tempo vivido.

Na realidade diária, o ganho de tempo realizado por um processo tecnológico acaba sendo perdido nas restrições humanas, necessárias para o seu uso. Por exemplo, o tempo de

5. THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina y capitalismo. In: - *Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: ed. Crítica (1979).

6. Vide CHESNEAUX, Jean. *De la modernité*. Paris: La Découverte - Maspero, 1983.

vôo diminuiu, mas o tempo de viagem aumentou: os aeroportos foram afastados da área urbana; o tempo de espera nos saguões dos aeroportos aumentou pelos sistemas de controle e segurança; o tempo de desembarque diminuiu, mas o tempo para atingir o outro local aumentou, pelo mesmo processo descrito acima.

3.2. O TEMPO DOS HOMENS

Hoje, todos nós somos serviçais e prisioneiros do Tempo: pelo modelo econômico, pela lógica do capitalismo, pelas exigências da ordem social, as cadeias do tempo invadiram a vida privada dos indivíduos.

Mesmo o tempo fora do trabalho, o tempo pessoal, foi submetido ao mesmo tratamento: a sociedade de consumo invadiu, programou, sincronizou, comercializou tudo: zonas turísticas, residências secundárias, artigos culturais.

O homem de hoje possui "*fome de tempo*", não pode perdê-lo, dispendê-lo. "*Ganhar tempo*" literalmente significa ganhar algo sobre alguém: não pode haver ganhos de tempo sem que ocorra perdas de tempo - o tempo dos conflitos de interesses.

Na sociedade contemporânea os seres humanos introjetaram um relógio interior, que serve de instrumento de servidão temporal. "*Gerir o tempo*", ter "*tempo livre*" transformou-se em anseio e pesadelo, tanto para os aposentados, como para os desempregados; também para uma classe ociosa em busca de lazer, e para as classes mais favorecidas.

O ser humano está preso ao Tempo: há uma forte pressão social para a programação rígida: planos, programas, estratégias - atos asseguradores, mas também invasores.

Tudo é dominado pelo Tempo efêmero e instântaneo, até o próprio tempo pessoal - a própria vida afetiva mascara mal a relação com o modelo econômico dominante.

A sociedade superprogramada, supersincronizada, foge à realidade profunda do tempo vivido pelos homens, escamoteando o deslocamento unívoco no eixo da vida do indivíduo em direção à morte. Não há o reconhecimento dos tempos diferenciados, tais como o tempo da doença, o da juventude, o da "terceira idade". Não há complementaridade entre os diversos tempos, nem há relação de continuidade.

Entretanto, devemos destacar que o tempo individual é profundamente diverso do tempo do equipamento mecânico, criando novos problemas médicos, decorrentes de: uso incorreto da visão; ritmo de trabalho em vinte e quatro horas, atravessando dia e noite; inversão do uso do organismo humano através das estações, que até recentemente repousava no inverno e aproveitava o verão para o trabalho, ritmo invertido em nossos dias, com o verão utilizado como tempo de férias, e inverno como máximo de atividade.

Desta maneira, o Tempo transformou-se em senhor dos homens.

3.3. O TEMPO COMO SENHOR

O Tempo na modernidade é o tempo seqüencial, encadeado por gestos, operações, controles, para que renda plenamente, formado, composto por séries rígidas, organizadas em ordem imutável.

Programar o tempo é colocá-lo em ordem unívoca, em um eixo temporal linear, dominante, inelutável, irreversível.

A sociedade sincrônica integral, como resultado da programação do tempo, isto é, da quantificação dele, funcionando em tempo real, que é o tempo congelado do instântaneo, sem perspectiva de duração é a nossa, dominante e hegemônica.

Cada vez mais a atividade humana vai sendo regulada pela complexidade crescente de interconexões temporais, ampliando a sincronização que pesa sobre os trabalhadores: a atividade regulada por números crescentes de dados temporais torna-se mais pesada, mesmo que a duração temporal dela seja menor.

A sincronização abrange cidades, como zonas espaço-temporais monoprogramadas, rompendo velhos conceitos e hábitos, forçando todas as pessoas a uma programação rigorosa do tempo, tanto para o transporte diário para o trabalho, como para o desfrute do lazer.

Este Tempo, cada vez mais compartimentado, dividido, possui valor financeiro, de uso e consumo. Como exemplo da sociedade do instântaneo e do efêmero, temos os relógios digitais, que mostram apenas o momento e não mais a duração, onipresentes no espaço urbano central; a refeição em "fast food" e não mais a alimentação como ato de civilização. Mesmo no mundo agrário, sempre pensado como incólume ao tempo controlador, as colheitas agrícolas devem ocorrer mais rapidamente, para aumentar o valor do terreno, a lucratividade da atividade, pagar os investimentos.

Na sociedade contemporânea, sincronizada globalmente, em que o Tempo e não mais o espaço é a fronteira da expansão última do capitalismo, o "tempo real", o tempo das máquinas eletrônicas, domina a vida humana, regula suas atividades, determina seu próprio valor.

Hoje, não há nação que esteja imune ao "tempo real", pois tanto os Estados como o desenvolvimento científico o tornaram homogêneo e dominante.

Entretanto, os seres humanos resistem, criam conflitos: as temporalidades são justapostas mas não integradas. O tempo do repouso do corpo e da mente não está integrado ao tempo do trabalho remunerado; da mesma forma, o tempo livre das atividades materiais indispensáveis à continuidade da vida não é o mesmo tempo do tempo lúdico - o verdadeiro tempo livre.

Esta sociedade de "tempo real" desloca a relação com o passado, descompondo-o, esmaga o presente no imediato e instântaneo, destrói o futuro como pluralidade de possibilidades.

A duração torna-se um pesadelo, quase um valor negativo, se confunde com a perda de tempo - é o pleno domínio do "presentismo", o presente em si mesmo, reproduzindo a si

mesmo, uma sociedade fechada no intemporal, cortada do passado, cortada do futuro, com o contador sempre no zero.

Ironicamente, esta sociedade, dominada pelo "tempo real", transformou o ser humano em seu servidor.

Se o sinal de partida para o desenvolvimento do capitalismo foi a transformação do tempo que era **Dom** em Tempo como **Servidor**, nos dias atuais, Tempo é **Senhor**, pois os seres humano estão escravizados ao Tempo, são seus servidores, e, quanto mais ocupado o tempo, tanto mais importante social e economicamente o homem é.

Se o homem do Renascimento demonstrava seu poder regulando o uso do Tempo entre trabalho e lazer, o homem contemporâneo serve ao seu senhor fielmente, seguindo um ritmo de vida que tenta acompanhar o "tempo real" das máquinas, em suas decisões de negócios.

Nesse ritmo acelerado do tempo, a História foi sendo esmagada: fisicamente, pela transposição do conhecimento em dados quantificáveis e acumuláveis - os únicos que interessam, e, concretamente, pelo crescimento exponencial infinito em tempo finito, que leva ao esgotamento do modelo de desenvolvimento. Ela se transformou em objeto de uso rentável: moda das antiguidades; moda de objetos autênticos; moda de simulacros baratos, apenas modas.

A modernidade recusa o passado, ela se vê como intemporal, um fim em si mesmo.

Entretanto, os seres humanos resistem duramente à escravização total pelo Tempo: tanto em seus locais de trabalho, como em sua vida particular, apelando ao passado com o objetivo de procurar um outro futuro.

Há esperanças de um outro futuro formulado com uma nova divisão de trabalho: trabalhos em tempo parcial; flexibilidade de horários; trabalhos alternados; trabalhos nas residências e retirada progressiva do mercado de trabalho, para que o homem se torne novamente Senhor do Tempo.

A TEMPORALIDADE DA TRANSIÇÃO

José Carlos Bruni¹

O ponto de partida destas observações consiste numa frase muito difundida, encontrada nos mais diferentes contextos, defendida pelos mais diferentes autores. Trata-se da expressão: *"vivemos numa época da transição"*. Nosso propósito é o de examinar algumas das estruturas mais amplas que sustentam essa noção. Grande parte da sociologia move-se no interior da idéia de transição, que do ponto de vista mais geral se configura como passagem do tradicional ao moderno. No entanto, a transição é concebida de inúmeras formas: como passagem do feudalismo para o capitalismo, da sociedade pré-industrial para a sociedade industrial, da sociedade do *laissez-faire* para a sociedade planificada, da sociedade industrial para a pós-industrial, do autoritarismo para a democracia, e até - mais recentemente-, do socialismo para o capitalismo. Desde logo está longe de nossos propósitos a pretensão de tentar neste texto qualquer teoria geral da transição. Queremos apenas, pela análise de alguns textos que consideramos relevantes para esta temática, compreender o movimento de certas idéias e imagens, de certos fatos e valores inscritos nessa representação tão recorrente.

Como já trabalhamos textos de Auguste Comte noutra ocasião², consideramos ser de interesse começar a se interrogar sobre a categoria de transição por esse autor que é dos primeiros a pensar a modernidade como transição, no contexto bem definido da passagem da sociedade pré-industrial para a industrial. Começemos por um texto que nos leva diretamente ao nosso tema.

"Um sistema social que se extingue e outro atingiu sua completa maturidade, estando em vias de constituir-se, eis o caráter fundamental assinalado à nossa época pela marcha geral da civilização. De conformidade com este estado de coisas, dois movimentos de natureza diferente agitam hoje a sociedade: um de desorganização e outro de reorganização. Pelo primeiro, considerado isoladamente, a sociedade é impelida para profunda anarquia moral e política, que parece ameaçá-la de próxima e inevitável dissolução. Pelo segundo, é conduzida para o estado social definitivo da espécie humana, o mais conveniente à sua natureza, aquele em que todos os seus meios de prosperidade devem receber seu mais completo desenvolvimento e sua aplicação

1. Prof. Dr. do Departamento de Sociologia - FFLCH/USP; membro do "Grupo de Estudos sobre o Tempo" do IEA/USP, coordenador da Sessão de Comunicação Coordenada **Tempo e Poder**.

2. BRUNI, José Carlos - **Poder e ordem social na obra de Auguste Comte**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, FFLCH, Depto. de Filosofia, 1989.

mais direta. É na existência destas duas tendências opostas que consiste a grande crise pela qual passam as nações mais civilizadas. É sob esse duplo aspecto que ela deve ser considerada para ser compreendida"³.

Assim, do ponto de vista mais abrangente, a construção da idéia da transição visa, antes de mais nada, a um diagnóstico do presente, que aparece como cindido entre duas tendências sociais opostas. Uma primeira tendência é marcada por termos negativos: desorganização, anarquia moral e política, dissolução. Uma segunda tendência é marcada por termos positivos: organização, estado social definitivo e natural, prosperidade, desenvolvimento. Talvez todo esquema da temporalidade da transição esteja vinculado a esta interpretação do presente como cindido em duas tendências, uma benévola e desejável, outra malévola e indesejável, e que, respectivamente, se ligam ao passado e ao futuro. Desta maneira, o presente - lugar da morte lenta de uma velha forma e lugar de nascimento lento de uma nova forma - é pensado como crise: ponto de encontro de um passado que ainda existe e de um futuro que apenas se anuncia. O presente, enquanto tal, é visto como o lugar mesmo da indefinição, de uma identidade social precária ou mesmo inexistente, e em todo caso, insuportável. Por outro lado, são justamente as figuras do passado e do futuro os termos decisivos da representação do presente. É o que expressa Comte de modo radical:

*"A ordem cronológica das épocas não é sua ordem filosófica. Em lugar de dizer: - o passado, o presente e o futuro, cumpre dizer: - o passado, o futuro e o presente. Não é de fato senão quando, pelo passado se concebeu o futuro, que se pode voltar utilmente ao presente, que não é mais do que um ponto, de modo a compreender seu verdadeiro caráter"*⁴.

O presente é, pois, um ponto puramente evanescente, frágil e fugaz: o tempo se afirma plenamente no passado e no futuro, cujas representações funcionam como determinantes do presente, que só é significativo enquanto transição do passado para o futuro. O presente, como transição, é desqualificado, dessubstancializado, reduzido a uma categoria temporal secundária, sem autonomia. É no passado e no futuro que as forças sociais e políticas se encontram verdadeiramente.

Toda a compreensão do presente está pois na total dependência do passado, completada pela antecipação do futuro:

"Assim, o estudo - e o estudo tão profundo, tão completo quanto possível - de todos os estados por que passou a civilização desde sua origem até o presente; sua coordenação, seu encadeamento sucessivo, sua composição em fatos gerais, capazes de se tornarem princípios, pondo em evidência as leis naturais do desenvolvimento da civilização, o quadro filosófico do futuro social, tal como deriva do passado, isto é, a determinação do plano geral de reorganização, destinado à época atual; a aplicação enfim, desses resultados ao estado presente das coisas de

3. COMTE, Auguste - Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade. In: **Opúsculos de filosofia social**. Porto Alegre/São Paulo: Globo/EDUSP, 1972. p.55.

4. COMTE, Auguste - Idem, *ibidem.*, p.102.

*modo a determinar a direção que deve ser impressa à ação política a fim de facilitar a transição definitiva para o novo estado social. Tal é o conjunto dos trabalhos próprios a estabelecer, para a política, uma teoria positiva que possa corresponder às necessidades imensas e urgentes da sociedade"*⁵.

Ora, como a marca essencial do tempo social e humano é, para Comte, a continuidade, o presente funciona apenas como elemento de ligação entre o passado e o futuro, como um grau intermediário de um processo que é concebido como determinado por leis naturais e inevitáveis.

*"Como nenhum fenômeno conhecido autoriza a pensar esteja a organização humana sujeita a qualquer mudança essencial, a marcha da civilização, que dela deriva, é, portanto, no fundo essencialmente inalterável. Em termos mais precisos, nenhum dos graus intermediários, que ele determina, pode ser transposto, e nenhum passo verdadeiramente retrógrado pode ser dado"*⁶.

Assim se precisam os limites dentro dos quais a ação política se desenrola. Sem inovar, renovar, criar ou inventar, a ação política, dentro dos quadros da transição, consiste apenas em indicar os obstáculos intransponíveis - dada a natureza das coisas - que é preciso observar para que um efeito mínimo seja alcançável. Sem visar nenhuma ruptura com o conjunto de forças do passado em presença, a ação política só pode acelerar ou retardar o que inevitavelmente acontecerá. Com isto pode-se pensar o que seja uma política de transição: o compromisso com todas as forças do passado, visando especificamente a diminuição de sua intensidade presente, jamais a ruptura com essas forças ou a sua eliminação. Todas as diferenças efetivas entre as forças são amainadas, todos os elementos diferentes podem se reencontrar no espaço do consenso, todas as diferenças temporais são abolidas:

*"Todas as fases sucessivas de nossa iniciação coexistem no estado presente da nossa espécie, mas aí manifestam uma tendência comum em direção à conclusão final que pode imediatamente se adaptar a cada uma delas, como realizando aspirações unânimes e contínuas"*⁷.

O presente aninha todo o passado e remodela seus elementos, sem propriamente nada destruir ou eliminar. O ideal é o gradual desaparecimento das forças estranhas ao futuro, sem que elas, no entanto, venham a desaparecer inteiramente. Instituições e práticas, mentalidades e valores passados permanecem na memória da humanidade e no presente, mesmo que inteiramente inatuantes.

Dentro deste quadro, pode-se realmente pensar a transição como uma espécie de reforma? A resposta afirmativa seria pouco satisfatória. Pois não se trata propriamente de uma modificação realizada a partir da imposição de uma força pelo que ela tem de próprio e específico, mas de um eterno compromisso com a força *"em extinção"*. Por exemplo, na caso das relações entre positivismo e catolicismo, fica bem claro o gênero de ação política que

5. COMTE, Auguste - Idem, *ibidem.*, p.103.

6. COMTE, Auguste - Idem, *ibidem.*, p.96.

7. COMTE, Auguste - *Système de politique positive*. Vol. IV. Paris, Carilian-Goeury, 1854. p.363-4.

opera entre as forças na transição. Por um lado, o positivismo declara-se inteiramente oposto ao catolicismo, do ponto de vista intelectual, moral, social e cultural, assim como a ciência se opõe sob todos os pontos de vista à teologia. Contudo, do ponto de vista político.

*"O positivismo deve desenvolver, para com o catolicismo que expira, as disposições, não de um invejoso rival, mas de um digno herdeiro que, para manter a lei de continuidade sobre a qual ele funda o conjunto de seus títulos, tem necessidade de ser sancionado pelo seu predecessor"*⁸.

Longe de se opor de fato ao catolicismo, de manifestar sua ruptura com ele, o positivismo vai de fato defender todas as suas realizações, todo o seu valor moral, toda a sua importância social e política enquanto mantenedor da ordem social e moral. Propõe, como medida visando sua extinção lenta, a suspensão de toda subvenção estatal, o fim do "orçamento eclesiástico", sob a condição de estrita aprovação do clero. Ora, esta é a característica essencial da política de transição nos moldes comteanos: as forças tidas como moribundas devem desejar sua própria morte. Como este desejo não se torna fato, ou seja, como o catolicismo não decreta a sua própria abolição, a política de transição anula-se a si mesma enquanto política: nenhum efeito real resulta de qualquer proposta.

A política de transição que se funda na continuidade temporal não pode assim pensar, no presente, o elemento da ruptura; se o fizesse, a própria transição se anularia e o passado permaneceria inteiro. A continuidade temporal é pois pensada como subsistência do ser: a característica mais racional e abstrata do tempo - a permanência, a duração - é identificada ao ser que permanece idêntico a si para além de todas as transformações. Esta temporalidade é própria pois da eternidade e não da história. Trata-se de uma concepção propriamente teológica do tempo, pois em última análise, o tempo como desaparecimento efetivo dos seres não é admissível. O modelo comteano de transição repousa pois numa temporalidade de cunho religioso, em que a eternidade substitui a transitoriedade do tempo político.

Com o modelo de transição comteano aprendemos, pois, que nem toda teoria da transição propõe efetivamente a transformação social e política. Sob suas categorias, que não enfrentam o presente como tal e não incorporam o momento da ruptura na sua estrutura, expressa-se muito mais o desejo do imobilismo e da permanência do *status quo*. Não por acaso, a reflexão sobre a transição espanhola, a "transição que deu certo", pôde ser pensada por J. J. Linz nos seguintes termos: *"Agora é possível analisar o complexo processo de desestruturação do regime franquista por seus sucessores, em uma transição para a democracia, através de uma reforma pactuada - ruptura pactuada, como um processo político elegante que se encaixa em um modelo teórico habilidoso"*⁹.

8. COMTE, Auguste - Idem, ibidem. p.386.

9. LINZ, J. J. - Liderança inovadora na transição para a democracia e uma nova democracia: o caso da Espanha. In: Quintana, Enrique Fuente et al.. *A transição que deu certo*. São Paulo: Trajetória, 1989, p.213.

Talvez a recente "*transição*" brasileira esteja muito mais perto do modelo comteano, impregnado de profunda letargia¹⁰, que impede a efetiva transformação política e social.

10. Cf. Cardoso, Irene de Arruda Ribeiro - Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2(2), 2^o sem. 1990, p.104.

PODER DO HOMEM SOBRE SEU PRÓPRIO TEMPO

Ronilda Ribeiro¹

Havendo múltiplas possibilidades de tratamento do tema **TEMPO E PODER**, inicio esta apresentação circunscrevendo um campo, procurando definir claramente a face pela qual será abordada tão complexo tema. O aspecto aqui considerado refere-se ao *poder exercido pelo homem sobre seu próprio tempo*, ou seja, tenho por questão central, a seguinte: *é o homem senhor de seu próprio tempo?* Lembrando que a existência humana é finita, portanto, com duração limitada a um certo tempo, o número total de horas que um indivíduo vive deveria constituir seu principal tesouro. E o que os homens fazem de seu tesouro? Alguns são perdulários, como o valente soldado, personagem do conto *O isqueiro mágico*² que, tendo se tornado proprietário de um grande tesouro em moedas de ouro, o consome rapidamente em lautos jantares oferecidos aos amigos, até ver-se completamente na miséria. Outros são avaros, como o truão Pamphalon, personagem de um conto russo³ que, ao tornar-se dono de um tesouro o esconde sob o mísero catre em que dorme, tranca portas e janelas e passa a viver prisioneiro do temor de ser roubado, supondo em cada visitante uma ameaça e tremendo a cada ruído realizado perto de sua casa. Outros ainda, como o ogro do conto *O Gato de Botas*, narrado por Perrault⁴, vivem inconscientes do fato de possuírem um tesouro e, muitas vezes, são roubados sem se aperceberem disso ou sem ter chance de defesa, pois o usurpador, nestes casos, é, geralmente, esperto, hábil e inescrupuloso. Com grande habilidade o Gato de Botas apropria-se do castelo do ogro e de todos os bens lá existentes: pede-lhe que faça uma demonstração do poder de sua magia e, ao vê-lo transformado em camundongo, devora-o num piscar de olhos. Com os príncipes dos contos de fadas, parece ocorrer algo diferente pois por mais que gastem e esbanjem, seus tesouros não se esgotam e não precisam preocupar-se com muitas outras coisas além de conquistar belas princesas.

Ao pensarmos a respeito das relações que o homem estabelece com seu próprio tempo de vida, supomos relações que estabelece com a vida em si e, evidentemente, com a morte.

1. Profa. Dra. do Instituto de Psicologia/USP; membro do "Grupo de Estudos sobre o tempo" do IEA/USP.

2. ANDERSEN, H.C. - "O isqueiro mágico". *Fábulas Encantadas*. São Paulo: Ed. Abril, 1976.

3. LESSKOW, N. - *O Truão Pamphalon*. São Paulo: Ed. Antroposófica, 1976.

4. PERRAULT, C. - *Contos de Perrault*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda., 1989.

Para realizarmos tal reflexão pode constituir um recurso interessante o confronto entre as representações de vida e de morte do homem das sociedades tradicionais e do homem das sociedades industriais. Destas representações e da força de determinantes sócio-econômico-políticos decorrem distintas formas de relação com o tempo. Por estar familiarizada com as culturas africanas, particularmente a iorubá (nagô), ao buscar um contraponto para o ocorrido nas sociedades industriais, opto por discorrer a respeito das sociedades tradicionais africanas.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DAS SOCIEDADES TRADICIONAIS AFRICANAS. RITOS FÚNEBRES DOS IORUBÁS.

A religião tradicional permeia de tal modo todos os setores da vida africana, que se torna impossível realizar uma distinção formal entre o sagrado e o secular, entre o religioso e o não-religioso nas atividades do cotidiano. Cada indivíduo é considerado integrante de um drama religioso que inicia antes de seu nascimento e cujo término não coincide com seu falecimento. Para os africanos em geral, a existência é um fenômeno religioso: o homem, ser profundamente religioso habita um universo igualmente religioso. A pergunta *Quem é o homem?* encontra por resposta: *é a mais importante das criaturas de Deus*. Constituído de uma parte material - tangível e visível - e outra imaterial - intangível e invisível, possui um Eu transcendental, também intangível.

A vida humana possui um ritmo natural que, a nível do indivíduo inclui nascimento, puberdade, casamento, procriação, velhice, morte e ingresso na comunidade de falecidos. Tais momentos constituem pontos críticos e são geralmente marcados por ritos e cerimônias religiosas. Os seres humanos relacionam-se com os falecidos e estes, quando esquecidos, ressentem-se muito, podendo decorrer doenças e infortúnios como conseqüências inevitáveis do esquecimento.

Entre os iorubás os ritos fúnebres variam segundo a religião professada pela família do falecido, pois enquanto alguns professam a religião tradicional, outros são cristãos ou muçulmanos. Entretanto, festa fúnebre é tradição respeitada por todos e, se a pessoa morre em idade avançada, grandes são as festas, com comida farta, bebida abundante e dança. Muito enterros são realizados na área externa da casa - na frente, ao lado ou no quintal dos fundos. Construído o túmulo, o morto é ali enterrado e ali permanece, perto de seus familiares. Em suas proximidades brincam as crianças, ciscam as galinhas e desenvolve-se a rotina doméstica.

CONTRAPONTO: ATITUDE FRENTE A MORTE NAS SOCIEDADES INDUSTRIAIS

A atitude frente a morte nas sociedades industriais, como sabemos, é bem distinta: *o tema da morte é um tema interditado, banido, nos centros urbanos e nas regiões "mais cultas" e*

desenvolvidas da sociedade brasileira. Sobre a morte pesa o silêncio civilizado, a indiferença aparente, a atitude racional e prática que remove rapidamente da vida o peso dos mortos. Com estas palavras, José de Souza Martins inicia a introdução do livro por ele organizado, **A morte e os mortos na sociedade brasileira**⁵.

Esforçando-se por reconstituir a continuidade histórica das atitudes frente à morte, Philippe Ariès⁶ refere-se, entre outros, aos seguintes temas: o desapossamento do moribundo e a recusa do luto. Ao tratar do desapossamento do moribundo Ariès descreve como o homem que, durante milênios, fora senhor soberano da própria morte e das circunstâncias da mesma, atualmente não o é. O usual era o homem perceber que ia morrer e, caso não se apercebesse disso, competia aos outros advertí-lo. O moribundo não devia ser privado da própria morte e, como morria em público - o quarto repleto de parentes, amigos e vizinhos - competia a ele presidir o processo: dava ordens, fazia recomendações, despedia-se, pedia perdão, perdoava, abençoava... Isto ocorreu sobretudo nos séculos XVIII e XIX. Atualmente o que se busca é a dissimulação da proximidade da morte. Morrer na ignorância da própria morte chega a constituir uma regra moral.

Enquanto, por um lado, o homem é privado de sua morte, por outro lado, os que permanecem ficam privados do luto. Durante a Alta Idade Média fortes eram as manifestações de dor e luto. Em meados do século XX surgiu a interdição do luto: não convém mais anunciar o próprio sofrimento, nem demonstrá-lo. A morte tornou-se um tabu e é ela agora, como outrora o sexo, que não deve ser enunciada em público. *Antigamente dizia-se às crianças que elas haviam nascido dentro de um repolho, mas elas assistiam a grande cena de despedida à cabeceira do moribundo... Hoje as crianças são iniciadas, desde a mais tenra idade, na fisiologia do amor e do nascimento; no entanto, quando não vêem mais o avô e perguntam por quê, respondem-lhes, na França, que este viajou para muito longe e, na Inglaterra, que descansa num lindo jardim onde crescem as madressilvas. Já não são as crianças que nascem dentro de repolhos, mas os mortos que desaparecem por entre as flores.* (Ariès, 1977:151).

Ariès mostra-se tentado a admitir que a interdição que ocorre hoje em relação à morte pertence - como a prioridade do bem estar e do consumo - ao modelo das sociedades industriais. E arrisca uma previsão: *Nas localidades onde este modelo não penetrou, persistem atitudes românticas como o culto dos mortos e a veneração dos cemitérios ... (Tais atitudes) estão destinadas a uma regressão inevitável ... O modelo da sociedade futura lhes será imposto e completará o esvaziamento da morte, já começado nas famílias burguesas... É provável que a recusa da morte de tal modo pertença ao modelo da civilização industrial, que se estenda junto com ele.* (1977:153)

5. MARTINS, J. S. - *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983.

6. ARIES, P. - *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1981. 2v.

Martins parece tocar o âmago desta questão: *a concepção da morte revela a concepção da vida... já não sabemos mais o que é a morte porque já não sabemos com clareza o que é a vida.* (1983:9)

Privado da própria morte, privado do luto pela morte dos parentes e amigos queridos, privado do sentido da morte e do sentido da vida...

TEMPO NAS SOCIEDADES TRADICIONAIS AFRICANAS

Boubou Hama e J. Ki-Zerbo em *Lugar da história na sociedade africana*, na obra **História Geral da África**⁷, assim descrevem o tempo africano tradicional: *ele engloba e integra a eternidade em todos os sentidos. As gerações passadas não estão perdidas para o tempo presente. À sua maneira elas permanecem sempre contemporâneas e tão influentes, se não mais, quanto o eram durante a época em que viviam. O sangue dos sacrifícios de hoje reconforta os ancestrais de ontem. Tudo é onipresente nesse tempo intemporal do pensamento animista, no qual a parte representa e pode significar o todo; como os cabelos e unhas que se impede de caírem nas mãos dos inimigos por medo de que estes tenham poder sobre a pessoa.*

Segundo estes autores, o tempo social, a história vivida pelo grupo, acumula um poder simbolizado e concretizado num objeto entregue pelo patriarca, chefe do clã ou rei ao seu sucessor. Pode tratar-se, por exemplo, de uma bola de ouro conservada num tambor de guerra. Um exemplo interessante é o dos Sonianke, descendentes de Sonni Ali, que possuem correntes de ouro, prata, ou cobre, cada elo das quais representa um ancestral, simbolizando seu conjunto, a descendência dinástica até Sonni, o Grande. No decorrer das cerimônias estas correntes magníficas são regurgitadas em público. No momento da morte, o patriarca sonianke regurgita a corrente pela última vez e faz com que o escolhido para sucessor a engula pela outra extremidade, morrendo em seguida. Esse testamento vivo ilustra com eloquência a força da concepção africana do tempo mítico e do tempo social. Poder-se-ia pensar que esta visão de processo histórico, que coloca a perfeição no arquétipo do passado, na origem dos tempos, fosse estática e estéril e que indicasse como ideal para o conjunto das gerações a repetição estereotipada dos gestos do ancestral. No entanto, para o africano o tempo é dinâmico. O homem não é prisioneiro de um processo estático ou de um retorno ciclo. O tempo é um elemento vivido e social, em que o homem pode, sem cessar, lutar pelo desenvolvimento de sua energia vital. Defender-se contra qualquer diminuição do seu ser, desenvolver a saúde, a forma física, a extensão de seus campos, a grandeza de seus rebanhos, o número de filhos, de mulheres, de aldeias, este é o ideal dos indivíduos e das coletividades. Há, entre os Songhai, uma estrofe significativa:

7. BOUBOUHAMA, & KI-ZERBO, J. - *Lugar da História na Sociedade Africana*. **História Geral da África**. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982.

Não é da minha boca.
é da boca de A
que o deu a B
que o deu a C
que o deu a D
que o deu a E
que o deu a F
que o deu a mim.
que o meu esteja melhor na minha boca
que na dos ancestrais.

Assim, existe no africano uma vontade constante de invocar o passado, que constitui para ele uma justificativa. Esta invocação não significa o imobilismo e não contradiz a lei geral de acumulação das forças e do progresso. Daí a frase: *Que o meu esteja melhor na minha boca que na dos ancestrais.*

A consciência do tempo passado é muito viva entre os africanos. No entanto, esse tempo de tão grande importância sobre o presente, não anula o dinamismo deste, como testemunham numerosos provérbios.

Como lembra Ki-Zerbo⁸, o nível econômico elementar não cria a necessidade do tempo demarcado, sendo o ritmo dos trabalhos e dos dias um metrônomo suficiente para a atividade humana. Os calendários não são universalistas nem abstratos, porém subordinados aos fenômenos naturais (lunações, sol, seca), aos movimentos dos animais e das pessoas. O tempo é dividido em unidades, baseando-se em atividades humanas ligadas à ecologia ou em atividades sociais periódicas. Constitui-se de partes heterogêneas e descontínuas e sua medida é qualitativa.

O dia é separado da noite. O dia é dividido em partes e as atividades relacionam-se à altura do sol. Cada hora é definida por atos concretos. Em Burundi, por exemplo, *amakana* é a hora da ordenha (sete horas); *maturuka* é a hora de saída dos rebanhos (8 horas); *Kuasase*, hora em que o sol se alastra (9 horas); *kumusase*, hora em que o sol se espalha sobre as colinas (10 horas)... Os cumprimentos, nos vários momentos do dia, baseiam, principalmente, na luminosidade do dia e na posição das sombras. Estas possuem estabilidade no decorrer dos dias, uma vez que não há grandes variações climáticas. Marcos divisórios da noite são, principalmente, as vozes de certos animais. O trabalho é uma mistura de atividades, cantos e conversações, constituindo, por vezes, um ato religioso. É definido a partir de algumas tarefas a realizar e não a partir de unidades de tempo. O relógio, se tem lugar, é como objeto de adorno.

8. KI-ZERBO, J. - Introdução Geral. *História Geral da África*. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982.

Os meses, as estações e as sequências anuais são geralmente definidos pelo ambiente e as atividades que dele dependem. A semana é determinada por um ritmo social, como, por exemplo, a periodicidade dos mercados, que acha-se associada, em muitos casos, a uma periodicidade religiosa. A contagem das estações do ano é muitas vezes baseada na observação astronômica, podendo abranger uma série de constelações. Em alguns lugares a contagem em anos é feita pelo número de estações chuvosas (entre os adeptos das religiões tradicionais na savana sudanesa, por exemplo): para indicar que um homem é idoso fala-se do número de estações das chuvas que ele viveu ou, através de uma imagem, que ele *bebeu muita água*. Em alguns lugares o controle do tempo é mais matemático, com entalhes em madeiras especiais conservadas como arquivos nas grutas da região dos Dogon, ou com o depósito anual de uma pepita de ouro num pote de estanho na capela dos tronos no reino de Bono Mansu, ou ainda, de pedras num jarro, na cabana dos reis na região mandinga. Alguns sistemas de cálculo mais aperfeiçoados foram elaborados pelos Akan (fanti, ashanrti...), que dispunham de um sistema de calendário complexo com semana de sete dias, mês de seis semanas e ano de nove meses, ajustado periodicamente ao ciclo solar segundo um método ainda não completamente esclarecido.

CONTRAPONTO: O TEMPO NAS SOCIEDADES INDUSTRIAIS

Thompson, citado por Pronovost⁹, propõe uma distinção entre tempo medido em função da tarefa e tarefa medida em função do tempo requerido para sua realização. Nas sociedades tradicionais *o trabalho é uma mistura de atividades, cantos e conversações, constituindo, por vezes, um ato religioso. É definido a partir de algumas tarefas a realizar e não a partir de unidades de tempo. A expressão time is money* marca a diferença, pois implica num crescente controle, que conduz a uma séria alteração perceptual. Não se trabalha para dar continuidade a atos míticos e ancestrais mas, principalmente, pela obtenção de um salário. A gênese do tempo industrial possui três aspectos principais: controle do trabalhador, divisão do trabalho e introdução da disciplina do tempo.

Foucault¹⁰, discorrendo a respeito dos recursos de controle espaço-temporais da atividade humana, diz ter havido um *quadriculamento cerrado do tempo*, bem como a busca de recursos para garantir sua qualidade (1977:137), para *constituir um tempo integralmente útil: É expressamente proibido durante o trabalho divertir os companheiros com gestos ou de outra maneira, fazer qualquer brincadeira, comer, dormir, contar histórias e comédias (piadas); (e nem*

9. PRONOVOST, G. - "The Sociology of Time". *Current Sociology/ La Sociologie Contemporaine. The Journal of the International Sociological Association/ Association Internationale de Sociologie*. Vol. 37, Number 3, Winter 1989, Sage Publications.

10. FOUCAULT, M. - *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.

mesmo durante a interrupção para a refeição)... O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impurezas nem defeitos, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício... Define-se uma espécie de esquema anátomo-cronológico de comportamento... O ritmo imposto por sinais, apitos, comandos impunha a todos normas temporais que deviam ao mesmo tempo acelerar o processo de aprendizagem e ensinar a rapidez como uma virtude.

A introdução do tempo industrial conduziu a uma reestruturação do ritmo da vida social por completo, afetando a vida familiar e religiosa, gerando uma cisão entre o "*tempo de empregado*" e o "*próprio tempo*". Esta cisão colocou, de um lado, o tempo de trabalho e, do outro lado, todas as demais esferas da vida, sendo dada prioridade ao trabalho e organizando-se os demais tempo sociais em torno deste. Pronovost chama nossa atenção para os seguintes significados do tempo e concepções a seu respeito, vigentes na atualidade: atribuímos mais valor ao tempo do que se lhe atribui nas sociedades tradicionais; o tempo é considerado um "*bem de valor*", que pode ser preservado, gasto, perdido... e a isto associa-se o uso indispensável de relógios, alarmes e agendas, bem como a alta importância atribuída à pontualidade -exata coordenação de interações sociais no tempo. Associa-se também a noção de que "*gastar tempo*" é um comportamento impróprio, associado à preguiça e à não-productividade. Há, evidentemente, aí, uma espécie de atitude ética e moral em relação ao tempo.

Woodcock¹¹ aponta para o poder do relógio na construção do poder capitalista. A necessidade de medir com exatidão matemática, concedeu ao relógio o poder de transformar o tempo em mercadoria que pode ser comprada, vendida ou trocada *como um sabonete ou passas de uvas ... Socialmente, o relógio teve uma influência mais radical do que qualquer outro instrumento, pois foi através dele que se tornou possível a regulamentação e arregimentação da vida dos homens, condições necessárias para assegurar o funcionamento de um sistema de trabalho baseado na exploração*. O ritmo de vida do ser humano passou a ser determinado pelos movimentos do relógio e *os homens tornaram-se escravos de uma idéia de tempo que eles mesmos criaram e são dominados por esse temor tal como aconteceu com Frankenstein*.

Assim sendo, as estratégias temporais, ou seja, as tentativas de controlar a duração ou passagem do tempo utilizadas nas sociedades tradicionais são bastante distintas das observáveis nas sociedades industriais. Naquelas, tais estratégias, tendo sido desenvolvidas no passado, integram-se numa representação cíclica da história sendo, pois, mais orientadas em direção ao passado. Em nossas sociedades, porém, tais estratégias orientam-se mais em direção ao futuro, ocupando lugar de importância o planejamento e administração do tempo

11. WOODCOCK, G. - A ditadura do relógio. In: WOODCOCK, G. - Os grandes escritos anarquistas. Rio Grande do Sul: L&PM Eds., 1981.

curto, médio e longo prazo. É interessante lembrar que há diferenças determinadas pela classe social a que pertence o indivíduo.

Instrumento importante, fundamental para o controle do tempo, é a disciplina que, simultaneamente, aumenta e diminui as forças do corpo: aumenta as forças em termos econômicos de utilidade e as diminui em termos de obediência. A disciplina faz com que a atividade seja controlada pela exigência de cumprimento dos horários e, assim *o tempo penetra o corpo e, com ele, todos os controles minuciosos do poder*¹².

Privado da própria morte, do luto, do sentido da vida e da morte, o homem, na sociedade industrial fica privado, ainda, do próprio tempo, do próprio corpo e da própria vida.

*O mestre Gato chegou afinal a um belo castelo, cujo dono era um ogro que possuía riquezas jamais imaginadas... O Gato teve o cuidado de se informar a respeito do ogro e das coisas que ele sabia fazer... "Ouvi falar... que o senhor é capaz de tomar a forma até dos animais mais pequenos, por exemplo, de se transformar num rato, num camundongo. Para ser franco, acho que uma coisa dessas é totalmente impossível." "Impossível? - falou o ogro - "Pois você vai ver"... E no mesmo instante transformou-se num camundongo, pondo-se a correr pelo chão. Logo que o Gato o viu, atirou-se sobre ele e o comeu*¹³.

12. FOUCAULT, M. - *Vigiar e punir. História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.

13. PERRAULT, C. - *O gato de botas*. In: *Contos de Perrault*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda., 1989.

TEMPO E INDIVÍDUO NA MODERNIDADE: O SENTIDO DA MORTE

Maria Helena Oliva Augusto¹

Em um texto que trata da crise do processo identificatório no momento contemporâneo, Castoriadis afirma a importância das significações compartilhadas para que a coesão social se mantenha e, portanto, para que a própria sociedade permaneça. Ao mesmo tempo em que essas significações são instauradas, elas se concretizam em todas as instituições particulares da sociedade a que se referem, na qual exercem uma tríplice função: a) estruturam suas representações do mundo; b) designam as finalidades das ações a serem desenvolvidas, indicando o que deve e o que não deve ser feito e, finalmente; c) estabelecem os tipos de afetos, de inclinações, que lhe são característicos. De todas as significações que são dessa forma produzidas, a mais importante é aquela que diz respeito à própria sociedade, sua representação de si. (Castoriadis, 1990:125)

As sociedades modernas são formadas, segundo esse autor, pela emergência de suas significações centrais que são antinômicas entre si. *"Trata-se, de um lado, da significação da expansão ilimitada de uma pretensa matriz pretensamente "racional" sobre o todo, tanto a natureza quanto os seres humanos, que corresponde à dimensão capitalista das sociedades modernas; de outra parte, trata-se da significação da autonomia individual e social, da liberdade, da pesquisa de formas de liberdade coletiva, que corresponde ao projeto democrático, emancipatório, revolucionário"*. (Castoriadis, 1990:127)

A existência dessa dupla significação daria origem, em consequência, à representação de si que a sociedade moderna apresenta: concebe-se como o lugar do progresso e da racionalização ininterruptos, conduzindo a um processo ampliado de produção e acumulação e, ao mesmo tempo, apresenta-se como o espaço onde é possível uma realização mais bem-sucedida do ser humano.

De certa forma, cada uma dessas significações supõe um tipo humano específico: a primeira, sugere a figura do empreendedor como seu tipo característico, exigindo em contrapartida, como sua outra metade - seu tipo *"complementar"* - o operário disciplinado que também é consumidor; à significação da autonomia, corresponde o indivíduo crítico, reflexivo, democrático. É bem verdade que a coexistência de ambas as significações conduz a uma

1. Profa. Dra. Departamento de Sociologia da FFLCH/USP, co-coordenadora do "Grupo de Estudos sobre o Tempo" do IEA/USP.

certa contaminação recíproca entre elas, da mesma forma que a um certo espaço de troca entre os tipos humanos que lhes correspondem.

O que se pretende discutir aqui é a forma como essa dupla e contraditória significação, instituída com a modernidade, se efetiva no momento contemporâneo e em que medida a noção de tempo a ela vinculada interfere na possibilidade de realização do ser humano, que trazia presente quando de sua emergência.

Para tanto, gostaria de destacar alguns aspectos envolvidos nessa discussão que apenas analiticamente podem ser vistos de forma isolada, uma vez que mantêm entre si relações de recíproca determinação e influência.

Não se pode esquecer, os homens são constituídos pela sociedade onde se inserem. A importância desse vínculo é ressaltada na teoria social pela indicação de que a sociedade "fabrica" indivíduos conforme às significações que a caracterizam dando-lhe - e aos indivíduos - uma identidade.

A forma histórica de sociabilidade que emergiu no período moderno e que possibilitou o surgimento do conceito de indivíduo livre, bem como sua existência empírica, concretizou também a vigência de uma nova noção de tempo.

A noção moderna de individualidade sugere capacidade de auto-controle e de auto-regulação, ao mesmo tempo que supõe a competência humana para delinear projetos de vida. Essa suposição envolve a percepção do homem como sendo alguém cujas potencialidades não estão impedidas de realização por quaisquer espécies de vínculos com o passado. O mesmo movimento, aponta para a possibilidade de auto-constituição e de projeção de um futuro, o que implica a inexistência de qualquer predeterminação. Nesse sentido, a continuidade da vida do indivíduo é, ao menos em parte, **eleição. Seu destino não está fora dele: é seu destino.**

A ausência de liames e ataduras com o passado que essa concepção envolve está vinculada a uma forma de o homem encarar o destino como sendo algo que resulta de sua própria ação. A responsabilidade daí advinda envolve, também, profunda alteração no significado da morte. Se a vida aparece como espaço de construção - de si próprio, da sociedade, do futuro, de um projeto - possibilitado pela existência fornecida pelo passado, a morte deixa de ser o momento da passagem para outra existência e adquire o sentido de limite - intransponível e inexorável - da vida. O reconhecimento de tal limite contrapõe a constatação da finitude à idéia de eternidade e, no mesmo movimento, aponta para a irrepitibilidade do momento presente, fazendo ressaltar o reconhecimento de quão irreversível é o tempo em oposição à sua percepção como repetição cíclica de situações.

A noção de indivíduo é, assim, contemporânea do reconhecimento da finitude da vida. Como conseqüência, a realização individual exige que cada um deixe marcas de sua passagem, marcas estas que caracterizarão a plenitude ou o vazio de uma existência. Há quem afirme que, se não existisse a morte, os homens em sua maioria seriam honestos porque, freqüentemente, a desonestidade é uma conseqüência da falta de tempo: o temor de perder

para sempre o que não se tenha obtido hoje (Heller, 1987:387). De certa forma, é a consciência do fim que alimenta o presente. Neste sentido, a relação com a morte expressa a maneira como é assumida a relação com a vida, tanto quanto seu significado.

É neste ponto que se entrecruzam as representações que a sociedade moderna constrói com relação a si própria - seu desejo de ser, o tipo humano que a caracteriza e a noção de tempo que está nela presente.

No momento contemporâneo, a única significação verdadeiramente presente e dominante, das duas apresentadas anteriormente, é a significação capitalista. Propõe a expansão indefinida da matriz pretensamente racional esvaziada de qualquer conteúdo que, no passado, lhe outorgava vitalidade. A própria ideologia do progresso, que dava um sentido tanto à história quanto aos projetos de futuro tomba agora em ruínas. A tradução subjetiva, para a maioria das pessoas, desta significação e desta realidade não é outra senão o crescimento contínuo do consumo e do lazer, tornado fim em si.

Este processo encontra alguma explicação na forma pela qual a temporalidade vem sendo vivida, no significado assumido, hoje, pelo tempo. A lógica dominante e as exigências da ordem social fazem com que este apareça marcado pela linearidade, pela ênfase no quantitativo em detrimento do qualitativo, pelo acento utilitarista. Trata-se, fundamentalmente, de um tempo progressivo, centrado na eficiência, na necessidade do esgotamento exaustivo das virtualidades do presente.

"A tendência a disciplinar-se de um modo completo e uniforme, em quase todos os aspectos e ocasiões, é característica do modelo de auto-controle /da sociedade contemporânea/ (...) a regulação do tempo /que lhe é/ típica (...) representa seu modelo de civilização e já não é pontual e particular, mas penetra toda a vida humana, sem permitir oscilações. É uniforme e inevitável". (Elias, 1989:162)

Como bem descreve Foucault, institui-se progressivamente nesta forma de sociabilidade, em que o produzir tem um tão grande destaque, uma divisão cada vez mais esmiuçante do tempo, que possibilite seu aproveitamento integral; da mesma forma, é crescentemente necessária a garantia da qualidade do tempo empregado. Trata-se, portanto, da constituição de um tempo integralmente útil, que ao penetrar os corpos e ao impor-lhes eficácia e rapidez, apresenta como possibilidade sua utilização teoricamente sempre crescente. Dá-se, em consequência, uma aceleração cada vez mais intensa do ritmo do tempo. (Foucault, 1977:136-141)

"Ganhar" tempo e não "perdê-lo" torna-se uma obsessão das pessoas: elas são esmagadas pelos ritmos e pelos programas que se lhes impõem através de todas as malhas sociais, tanto no trabalho quanto fora dele. A necessidade de uma boa gestão do tempo é internalizada, como o são todas as regras sociais mais importantes. Converte-se em imperativo. O indivíduo deve adequar seu próprio comportamento ao "tempo" estabelecido pelo grupo ao qual pertence. (Elias, 1989:135) A temporalidade pessoal, cujo ritmo não acompanha o pulsar

célere do tempo exterior, é por ela sobrepujada, converte-se em sua "colônia". Homens e mulheres tornam-se, assim, seu próprio relógio interior e o instrumento de sua própria servidão temporal. A pressão por uma programação rígida do tempo penetra o cotidiano da vida, tanto social quanto individual. (Chesneaux, 1983:40)

Por outro lado, o "império do efêmero" a ênfase no instantâneo tornado hegemônico, a importância de um "agora" despojado de significado, acabam por retirar toda a importância do passado, ao mesmo tempo que esvaziam a possibilidade de futuro. A noção de história, individual e social, que informa a emergência desta sociabilidade, desta temporalidade e desta individualidade, a própria possibilidade da constituição de uma identidade esfacelam-se juntamente com a perda de sentido que a vida social apresenta, com a fragmentação cada vez maior do tempo e com a importância que a instantaneidade assume.

É importante pensar, neste momento, a relação existente entre os elementos que foram destacados; é necessário enfatizar os nexos que articulam as significações sociais atuantes, a individualidade possível, a noção vivida de temporalidade e a percepção da morte.

Se cada momento histórico constitui seu tipo humano específico, o caráter típico de nossa época é apresentado como sendo a união artificial e passageira de um conjunto disperso de traços que não chegam a constituir um claro perfil humano, a manifestação de um conformismo generalizado. É nesta medida que se alude à individualidade possível, no mundo contemporâneo, como sendo um **patchwork** heteróclito ou de colagens, a identidade do vídeo-clip.

Cada época da história elabora, da melhor forma que lhe seja possível, seus próprios mecanismos visando enfrentar o problema da morte. Como já foi dito, é a consciência da finitude e da necessidade de se "eternizar" através das obras que realize durante sua vida, que propiciou aos homens da modernidade a forma do enfrentamento da morte.

No momento contemporâneo, como a vida perdeu o sentido - na própria medida que o sentido da própria história ou o próprio sentido da história desapareceu - também não há significado para a morte. Há vários mecanismos que tentam afugentá-la, como se negá-la de alguma forma fosse garantia de sua não aproximação. Tratam-se dos mesmos mecanismos envolvidos no "fazer passar" a vida: o refúgio no imediato, a compartimentação entre gerações, a perda do senso de continuidade. O indivíduo moderno vive uma corrida alucinada para esquecer que vai morrer e que tudo o que faz não tem, estritamente, nenhum sentido. Sucumbe, assim, enquanto indivíduo, uma vez que o seu sentido de pertencimento é obnubilado e anulada a vivência de sua singularidade. Ao mesmo tempo, e em conseqüência, há cada vez maior insensibilidade quanto à forma pela qual a vida é vivida e pela qual a morte se apresenta. No Brasil, a tentativa de implantação e a manifestação popular sobre a pena de morte reflete, de certa forma, essa constatação.

O apresentado revela um momento crítico: perda do sentido da vida, perda do sentido da morte, vida social sem significado, individualidade impossibilitada. Haverá alguma forma de refazer significações, de reprojeter sentidos, de reconstruir a promessa de indivíduos livres?

Alguns autores apontam para o redimensionamento do tempo presente como uma possibilidade de caminho. Tal redimensionamento exige uma nova relação com a tradição² e também com a morte, bem como um enfrentamento diferente do tempo, pelos indivíduos.

Relembra-se a necessidade de uma reação dos homens, trazendo a *"luta pelo tempo"* para o campo político. Essa reação deve estar presente tanto no lugar do trabalho - pela organização interna e pela duração do tempo de trabalho - quanto na vida privada - através de uma gestão do tempo pessoal, que dá lugar ao imprevisto, impeça o aprisionamento que o compromisso com a agenda ocasiona e que recuse também os mecanismos consumidores de tempo. (Chesnaux, 1983:52-53)

Acredita-se que a sociedade possa fazer emergir outras significações se for capaz de ajudar-nos a reconhecer nossa finitude. Aqui está suposta uma outra maneira de ver o mundo e a mortalidade humana, bem como o reconhecimento da obrigação que os homens do presente têm em relação aos que os antecederam e aos que os seguirão. Nossas dívidas em relação às gerações futuras são semelhantes àquelas que temos com as gerações passadas, uma vez que nenhum dos homens contemporâneos seria o que é não fossem as centenas de milhares de anos de trabalho e de esforço daqueles que nos antecederam. (Castoriadis, 1990:134)

Por outro lado, afirma-se ser inconcebível uma nova criação histórica que possa se opor, eficaz e lucidamente, a este informe bazar no qual vivemos se não for instaurada uma relação nova e fecunda com a tradição. Esta não significaria a restauração dos valores tradicionais como tais ou porque eles são tradicionais, mas uma atitude crítica capaz de reconhecer valores que foram perdidos. (Castoriadis, 1990:135). Em outra abordagem, o passado é visto como a única referência concreta da qual podemos dispor para considerar a possibilidade de outras formas de organização social, o que significa que nele se podem procurar referências para um outro futuro. Aqui se encontra também a idéia de que o passado pode ajudar a enfrentar o presente. (Chesnaux, 1983:53-54)

Qualquer das duas considerações supõe a vinculação do passado ao futuro, através do presente, e resgata a observação que, já no século XIX, Tocqueville fez a esse respeito: *"Desde que o passado deixou de lançar luz sobre o futuro, a mente do homem vagueia nas trevas"*.

2. Este traço merece ser destacado, à medida que significa uma reorientação na forma como o passado é considerado. O pensamento iluminista apresentava como um sinal de progresso o rompimento de quaisquer vínculos com o passado, o que vai ser extremamente criticado pelo pensamento conservador, que encara o passado como fonte de vida e sabedoria. A exigência da utilização do passado como referencial para novas experiências, expressa por autores que, certamente, não podem ser identificados com o pensamento conservador, é algo que merece análise mais atenta.

Bibliografia

- CASTORIADIS, Cornelius 1990. *La crise du processus identificatoire*. Toulouse: Ed. Erès, **Connexions** 55/1990-1.
- CHESNAUX, Jean 1983. *De la modernité*. Paris: La Découverte/Maspero, 1983.
- ELIAS, Norbert 1989. *Sobre el tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- FOUCAULT, Michel 1977. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- HELLER, Agnes 1987. *Sociologia de vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1987.

A PERCEÇÃO E A CONFIGURAÇÃO DO TEMPO EM "A ÚLTIMA GRAVAÇÃO DE KRAPP"

Maria Cristina W. Fukushima¹

A exposição que me proponho a fazer, como parte integrante desta comunicação coordenada sobre o tema **Tempo e Poder** comporta uma inversão no tema principal, no sentido de que vou tratar da representação da temática do tempo sobre o prisma "*o poder do tempo*" num texto de uma peça de Samuel Beckett - **A última gravação de Krapp**. Feita esta ressalva, gostaria ainda de explicar que vou tentar concentrar minha comunicação na tentativa de responder às seguintes perguntas, de modo bem resumido:

1) Qual seria, de modo geral, a problemática da configuração do tempo na criação literária?

2) Como são articuladas as experiências do tempo na narrativa e no texto dramático?

3) Como foi elaborada a tematização do tempo em (*A última gravação de Krapp?*)

Em primeiro lugar e a título de introdução, gostaria de lembrar que em literatura a configuração do tempo adquire um peso maior na literatura moderna, com a incorporação de conceitos da psicologia e com a necessidade da representação da duração interior. "*A contrastação entre a duração interior com a impessoalidade e objetividade do tempo cronológico é um dos principais condutos da tematização do tempo no romance*".²

Quando se fala em tempo e literatura universal tem-se logo em mente a monumental obra de Marcel Proust, **Em busca do tempo perdido** ou então **Mrs. Dalloway** de Virgínia Woolf, **Grande Sertão: veredas** de Guimarães Rosa, **Cem anos de solidão** de Gabriel García Márquez ou **Ulysses** de James Joyce. Quando se refere à temática do tempo, todas estas obras exemplificam e ligam o tempo vivido, a duração interior, a busca proustiana do passado, o tempo de mito ao tempo histórico real do leitor que assegura a recepção e fortuna interpretativa das obras literárias. A ligação do tempo histórico do leitor com o tempo do texto se atualiza, portanto, no ato da leitura. O mesmo pode ser dito com relação a um texto dramático que se consuma, por sua vez, na realização cênica.

Em nossa análise, tomaremos como eixo temporal o **agora**, ou seja, o que sucede no palco durante a apresentação da peça **A última gravação de Krapp**. A marcação do tempo vai

1. Profa. Assistente no Departamento de Letras Modernas da Universidade Estadual de Maringá - UEM e membro do "Grupo de Estudos sobre o Tempo" do IEA/USP.

2. NUNES, Benedito - **O tempo na narrativa**. p.57.

obedecer a ordem dos acontecimentos no discurso e também a ordem de acontecimentos na história.

Algumas notas sobre Beckett:

Aos 25 anos de idade, Samuel Beckett, escritor irlandês que recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1969, publicava um importante ensaio sobre Proust, a meu ver decisivo em sua carreira. No primeiro parágrafo de seu ensaio, ele vai identificar como tema principal da síntese a que se propõe fazer "*monstro de duas cabeças, danação e salvação - o Tempo*"³. Este ensaio já evidencia a preocupação e perplexidade de Beckett quanto ao efeito do tempo nas relações com o objeto, no qual ele afirma: "o observador inocula o observado com sua própria mobilidade" e também nas inter-relações humanas.

A **última gravação de Krapp** é uma peça muito curta, de 12 páginas, que foi escrita em 1958. Com a ajuda de um gravador, entretanto, cobre-se a vida da personagem desde a infância até à velhice representada pela personagem única na encenação do ato. Um velho decrépito de 69 anos senta-se no seu estúdio ouvindo uma velha gravação feita quando ele tinha 39 anos de idade.

Do confronto da voz da personagem, quando jovem, reproduzida pela gravação e o Krapp da cena que o espectador observa, evidencia-se a tensão e dificuldade da busca de sentido num mundo sujeito à mudança incessante pela passagem do tempo.

Os aspectos visuais e sonoros principais da peça são traduzidos e compreendem o aspecto visual da personagem, que de acordo com as instruções precisas do autor deve obedecer estritamente a aparência de uma figura de palhaço vestida ridiculamente; o ritual e o som de chaves, o abrir e fechar de gavetas, o barulho de sacarrolhas, a ingestão de bananas e, é lógico, em se tratando de Beckett, o uso da luz e da escuridão no palco.

Embora presenciemos apenas uma personagem no palco, que em termos de tempo significa o presente, podemos acompanhar praticamente toda a vida da personagem, da infância à idade adulta e podemos ter também algum *insight* sobre sua mãe, sua atitude com relação à vida, felicidade, sucesso, fracasso, decadência, sentimentos e emoções, aspirações e hábitos e até mesmo sua condição física, inseridas nestas meras 12 páginas.

A linguagem que Beckett utiliza nos introduz num mundo rico e complicado de felicidade e inocência no início, de paixão e força, indiferença e tristeza e nostalgia e morte no final.

Os artifícios utilizados na representação destas emoções são artifícios poéticos tais como a repetição, a freqüência e outras figuras que reproduzem os acontecimentos recorrentes.

A personagem começa a peça repetindo palavras que corroboram a repetição cíclica do tempo, assim como a enumeração das fitas, dispondo-as em ordem. Em seguida, lê em voz alta

3. BECKETT, Samuel - *Proust*, p.9.

um sumário do conteúdo da fita dando ao espectador uma prospecção do que terá oportunidade de ouvir pelo gravador. Na fita onde se encontram gravadas suas impressões com relação à morte de sua mãe, por exemplo, sua memória voluntária falha e ele lê interrogativamente as palavras ali registradas. Um pouco adiante encontra-se registrado: **Melhora no intestino**; registro este que indica a obsessão da personagem em segurar o fluxo da vida, até mesmo sua condição física reproduzindo cada momento e sentimento da vida. Esta citação pode também ser remetida ao nome da personagem que sugere excremento.

Quando Krapp lê e repete **Equinócio memorável...** Equinócio memóavel?... pergunta e sua repetição denuncia a impossibilidade da linguagem em reproduzir a verdade, que a passagem do tempo fez apagar. No ensaio sobre Proust, Beckett escrevia: "*Não há como fugir das horas e dos dias. Nem de amanhã, nem de ontem*"(...) "*Não estamos meramente mais cansados por causa de ontem, somos outros, não mais o que éramos antes da calamidade de ontem*".⁴

Na gravação de quando Krapp fez 39 anos, ele parece forte, saudável, na "crista da onda", em paz consigo mesmo e provavelmente com o mundo. Aceita e considera a escuridão que o rodeia uma companheira e se vê, ele próprio, como a luz:

"(pausa) Com toda esta escuridão em minha volta sinto-me menos só. De uma certa maneira eu adoro levantar e andar pela escuridão, e depois de volta para... mim".⁵

Numa outra passagem, ao se referir a um período quando era mais jovem, aos 27 anos, ele menciona o quanto se sentia aliviado de se livrar de Bianca, um de seus casos. Relaciona aí com a palavra "olhos", aconchegantes. Incomparável.

Menciona também a necessidade de ouvir suas memórias como algo útil, indicando sua necessidade de apossar-se de seu passado para transformar seu presente em realidade.

O fato de Krapp mencionar com frequência os olhos; o fato, ainda, de a personagem não ver bem e nem usar óculos, tem que ser registrado aqui porque vai servir como um elemento importante de contraponto posteriormente.

Podemos, desta feita, visualizar três personagens diferentes: um com 39 anos, falando sobre o Krapp com 27 anos - confiante em si, usando estatísticas e cheio de esperanças; e nossa personagem presente no palco, aos 69 anos, rindo ironicamente de que uma de suas decisões quando jovem era deixar de beber e, no entanto, não há dúvida alguma de que o "velho Krapp" continua bebendo como nunca pois desaparece do palco, mergulha na escuridão e o espectador tem a chance de ouvir o barulho de sacarrolhas numa referência explícita à bebida. É na contradição entre a ação e a fala da personagem que se revela a ironia e se mostra como a ação do tempo degradou o hábito e as intenções da personagem. Krapp

4. Idem, *ibidem*.

5. BECKETT, Samuel - *Krapp's last tape and embers*, p.12.

desaparece na escuridão e esta que havia sido mencionada antes como um local onde ele não se sentia só, nem perdido, transforma-se numa metáfora da decadência e morte.

Quando Krapp começa a ouvir a passagem que se refere à morte de sua mãe, percebe que a linguagem é bem literária e ele não mais reconhece o significado de suas próprias palavras, tendo que recorrer ao dicionário para saber o significado delas. O uso destas palavras "difíceis", provavelmente um requisito ao seu sucesso profissional, parece-lhe no presente momento como algo completamente estranho e sem sentido, não conseguindo nem mais reconhecer o sentido de suas próprias palavras.

O velho Krapp ouve, sem emoção alguma, a passagem que descreve a morte de sua mãe e a indicação de que ele nunca ia se esquecer da sensação e da emoção que teve naquele dia derradeiro; o que sabemos ser um equívoco, pois ele não se lembrava mais nem do que se tratava.

"A visão finalmente... Isto é o que eu devo gravar em primeiro lugar esta noite, com relação ao dia em que meu trabalho estiver finalmente concluído... porque o milagre de... pelo fogo que o iluminou... pela crença que venho mantendo minha vida toda, ou seja..."⁶.

Antes mesmo que a personagem no palco e nós possamos ouvir a grande revelação de sua vida, o momento supremo, ele desliga o gravador rapidamente, avançando a fita de modo que nem ele, nem nós, possamos ouvir o que poderia ter sido considerado o momento mais importante de sua vida. Em vez deste trecho, ele posiciona a fita para ouvir o que considerou como seu adeus ao amor.

Embora esta passagem não nos tenha sido revelada, o fato de Krapp evitar tocá-la indica que sua memória a guardou claramente e ele se nega a aceitar a importância de seu significado. Uma lembrança acalentada que, no entanto, ele quer apagar.

Na passagem chamada de adeus ao amor, as imagens são coloridas e aconchegantes, apesar de se tratar de um adeus. Novamente aparece a menção dos olhos: "*olhos fechados*" de uma maneira positiva e protetora tal como havia aparecido, em passagens com Krapp ainda jovem. A primeira parte é ouvida através da voz do gravador e desta forma torna-se possível reconhecer três Krapps distintos, cada um reagindo de maneira diferente a cada um deles como se fossem indivíduos separados pela ação do tempo. Aparecem como fragmentos do sujeito.

O velho Krapp começa, então, a gravar sua atual impressão, mas fica logo intolerante e irritado como que conscientizando-se de seu fracasso como escritor, amante ou ser humano. Ao ouvir o seu passado, ele cai em desespero. Aborrece-se com todas as repetições de sua vida, pois a única coisa que consegue detectar é a repetição de seus erros e palavras mas não consegue reter os momentos felizes que se foram para sempre.

6. Idem, *ibidem.*, pp.16-17.

Retoma a passagem onde diz: "... *deitei-me ao lado dela*".⁷ Novamente a menção recorrente dos olhos - "*sem abrir os olhos*" mas a referência é o fim de seu caso de amor. Pela primeira vez, vemos uma inversão na conotação da expressão "*olhos fechados*" que desta vez não está relacionada a uma sensação boa, mas ao fim de alguma coisa. Na verdade, a conexão que se faz com olhos fechados é o fim da vida.

Voltando à passagem da cena de amor, a palavra usada como elo è "framboesas" que, certamente, remete aos momentos felizes de sua infância.

*"Deito-me ao lado dela com meu rosto em seu peito... Lá ficamos sem nos mover... Mas sob nós tudo se movia e de maneira suave..."*⁸

Este verbo **mover**, que é pouco comum nas peças de Beckett, onde na maioria das vezes as personagens estão amarradas e não podem se mexer, pode ser interpretado como uma situação que se refere à sensação de uma criança nos braços de sua mãe, tais como um bebê sendo embalado no colo... É possível que as melhores lembranças da vida estejam ligadas com a infância e com o amor em contraste com o sentido de ruptura e desistência voluntária, ou com adeus ao amor e aconchego que se perde quando se entra na vida adulta. Talvez, ainda, em contraste também com a busca do sucesso e de falsos valores - fato este que é somente percebido com a aproximação da morte.

O velho Krapp toca a fita até o fim e fecha o círculo da peça, tal como uma bobina de fita:

"Talvez os meus melhores anos tenham se passado. Quando havia uma chance de felicidade... mas eu não gostaria de tê-los de volta."

Ao mesmo tempo que ele nega querer que os anos felizes voltem, esta é a passagem que ele escolheu para ouvir novamente, criando mais uma contradição do que é dito e o que é sentido ou que tem significado real, numa maneira alienada do eu e da mensagem.

A peça se fecha quando é unificada pela coincidência do adeus ao amor e o adeus à vida.

O artifício usado é a repetição de palavras que corroboram a repetição da ação e do ciclo da vida.

A passagem do tempo e sua influência na mudança do eu se reafirmam através da constatação de que a agonia de Krapp deriva do fato de que o tempo tudo destrói e como a morte é inexorável, perde-se totalmente o sentido da vida. De nada vale tentar convencer as pessoas e a si mesmo dos seus propósitos e sonhos porque as possibilidades que a vida oferece se esvaem como fumaça: e, por fim quando se volta, percebe-se que tudo era vazio e sem valor. Krapp está velho, decrépito, cético, só e tem a plena consciência de que tomou todas as encruzilhadas erradas que apareceram na sua vida. A ironia e a possibilidade de rir de si mesmo são a única consolação que lhe resta.

7. Idem, *ibidem.*, p.19.

8. Idem, *ibidem.*, p.20.

Com o desenvolvimento do estruturalismo lingüístico, o tempo para a Teoria Literária aparece como uma categoria narrativa, necessária para o sentido do texto.

A análise apresentada transpõe aspectos lingüísticos e a referência temporal se dá dentro do texto, sem que haja necessariamente referência da linguagem ao real.

O tempo cronológico é a representação dominante do real e o tempo ficcional modifica, reorganiza e altera - sob novas perspectivas - as representações da realidade. Ou seja, ele reconfigura o tempo cronológico. Tanto a velocidade de andamento, como as figuras de duração são elementos retóricos utilizados em textos de ficção que caracterizam uma certa cumplicidade entre o autor e o leitor.

A função do tempo na narrativa, quer na leitura ou na encenação, se concretiza via leitor (espectador) responsável pela reatualização reconfigurativa do real, que a obra literária cristaliza.

Como ocorre isto? A memória retém os significados anteriores e propende aos seguintes. Desse modo, são acumulados como experiência de conteúdo e de estilo e preenchem também indicadores que orientam e concretizam a leitura, tais como: locuções verbais, o ponto de vista, a retrospectiva e prospectiva dos tempos verbais. Esse processo ajusta o tempo vivido do leitor (fora do texto) com sua experiência cultural e social em que se incluem as convenções literárias; e, também, as oscilações temporais do texto entre presente, passado e futuro.

Cabe ao leitor estender o leque temporal do discurso, no plano imaginário, participando do tempo fictício, transpondo-o para um mundo real.

É o conteúdo da história, entretanto, que propicia a totalidade do tempo. É o enredo, como ato de ordenação, que extrai dos acontecimentos da história a "*unidade de uma totalidade temporal*". Tudo isso ocorre no ato de leitura - o leitor acompanha o enredo até um ponto final; neste percurso é possível perceber-se a história como um todo para, posteriormente, refletir, explicar ou interpretar o conteúdo.

A maneira como o leitor entende o texto é análoga à inteligibilidade prática da ação, isto é, ele registra como as personagens atuam ou se relacionam, mediante atos recíprocos. É possível dizer que o enredo, então, media a leitura de uma forma compreensiva da ação humana.

A narrativa como forma de linguagem é, portanto, um equivalente simbólico da ação e do tempo humano correlato. Os textos constituem variações imaginárias das relações temporais e implicam num desvendamento das modalidades do tempo humano.

Nesta peça de Beckett há uma grande concentração de palavras, estruturas, que refletem um mundo fragmentado. O estilo é elíptico e telegráfico. A angústia da tentativa de reter o tempo passado está explícita na história cuja temática é o próprio tempo.

Bibliografia

BECKETT, Samuel - **Krapp's last tape and embers**. Londres: Faber & Faber, 1970.

_____ **Proust**. Porto Alegre: LP&M, 1986.

NUNES, Benedito - **O Tempo na narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

Universidade de São Paulo

Reitor: Flávio Fava de Moraes

Vice-Reitor: Ruy Laurenti

Instituto de Estudos Avançados

Conselho Deliberativo

Jacques Marcovitch – diretor

Alfredo Bosi

Gerhard Malnic

João Evangelista Steiner

Myrian Matsuo

Umberto G. Cordani

Walter Colli